

Plano de Metas (?) e a Educação

- 3 AGO 1986

Para tratar das metas relativas ao ensino, ligadas à terceira etapa do assim chamado Plano Cruzado, sentimo-nos obrigados, antes, a fazer certas considerações gerais, a começar pelo significado mesmo dessa "terceira etapa" que é, na expressão do presidente Sarney, num de seus acessos beletteristas, "um ambicioso Plano de Metas, que deverá investir cent bilhões de dólares — dinheiro nosso", entendendo-se por "nossa" aquele que deixa de ser *nossa*, para passar a ser "deles", isto é, do governo e de suas deficitárias estatais.

Que significa "plano de metas"? Rigorosamente, não significa coisa nenhuma — e espanta-nos que os assessores governamentais unicampistas não o tenham percebido. Tem sentido falar-se das "metas de um plano", já que o plano — todo plano — é elaborado, no mínimo, em função de determinados fins (metas), envolvendo os meios adequados para realizá-los, com obediência a normas racionais. Na verdade, temos "metas", muito vagas, demagógicas e apoteóticas, mas não existe plano algum, pois que não há previsão racional dos meios, nem a devida adequação destes aos fins. Mesmo deixando de lado a questão das "contas que não fecham", como mostrou o ministro Mário Simonsen, na "ponta do lápis", passemos a raciocinar com os objetivos gerais da nova "derrama", dos quais deveriam depender as "metas do plano" (e não o "plano de

metas" que, como já se viu, não quer dizer nada).

Quais esses objetivos? Confessadamente, dois: o primeiro, é o de "reduzir o consumo", "desaquecer a demanda". O segundo, pelo empréstimo compulsório sobre a gasolina, o álcool, a venda de veículos e a taxação das viagens para o Exterior (passagens, compra de dólares e até — pasmem! — a remessa de dólares para os bolsistas da Capes e de outros órgãos oficiais), é o de obter recursos para financiar o tal "plano de metas". Para conseguir estes últimos recursos, o governo, naturalmente, calculou o que irá obter somando ao consumo atual as porcentagens diversas que o povo deve pagar para comprar carros, novos ou usados, viajar para o Exterior, botar álcool ou gasolina nos seus veículos. Mas, se o primeiro objetivo do plano for atingido, com a redução significativa do consumo, então o segundo objetivo estará prejudicado, pois a arrecadação será necessariamente menor do que a prevista. E, se o segundo objetivo for atingido, isto é, se a arrecadação corresponder ao esperado, então o primeiro objetivo deixará de sé-lo, pois o consumo não terá sido alterado. Em outras palavras, os objetivos são contraditórios, de forma que a realização de um envolverá o fracasso do outro.

Na verdade, se supuséssemos que esses objetivos confessados são reais (e que não se trata apenas de atingir o inconfessado objetivo de re-

solver os problemas do déficit de caixa do governo), o mínimo que se poderia dizer é que também aqui não há plano algum, pois não se pode calcular com certa margem de segurança o que se vai arrecadar, na dependência do nível em que se estabeleça, de fato, a redução do consumo.

Finalmente, apenas para mostrar a "solidez" do plano, é bom lembrar que, no que diz respeito às viagens para o Exterior, o "maior viajante" é o próprio governo, por intermédio dos múltiplos órgãos da administração, direta ou indireta. Nesse caso, o governo deverá tirar dinheiro de si mesmo. Tiraria, por exemplo (caso dos bolsistas), dinheiro do Ministério da Educação para aplicá-lo (supondo-se verdadeiras as suas confissões), por exemplo, em bolsas de pós-graduação no Exterior! De fato, afirma-se que, dentro do programa da "nova universidade" (esse ser que ninguém sabe o que seja), oferecer-se-ão 41 mil novas bolsas para pós-graduação, no País e no Exterior, ao custo total de 2 bilhões e 200 milhões de cruzados. Conclui-se que — apesar dos protestos do Ministério da Educação contra os donos do setor econômico do governo, que querem submeter os bolsistas à "derrama" — parte do dinheiro para criar essas novas bolsas deverá sair das próprias bolsas!

A essa altura, acreditamos que o leitor já percebeu por que é necessário, para falar das metas relativas ao ensino (e de quaisquer outras metas

do plano abstrusamente designado como "plano de metas"), reportarmo-nos a considerações gerais que demonstram, em última instância, que, a rigor, o governo não tem plano algum, além daquele, inconfessado, de sangrar os contribuintes para resolver os problemas ligados à inefficiência e aos déficits do monstro estatal. O êxito do Plano Cruzado exigia sacrifícios do povo e do governo: o povo vai fazendo a sua parte e, agora, deve fazer também a parte que, teoricamente, seria do governo.

Depois de tudo isso, se, de fato, não há plano algum, que podemos dizer das metas do "plano de metas" relativas ao ensino? Até aqui (de acordo com o noticiário que publicamos no último domingo) repetiu-se tudo o que já estamos fartos de saber, quanto à realidade do ensino brasileiro, além de fazer-se uma declaração de intenções relativas ao que iria ser gasto com os diferentes graus e setores do ensino, com a "destinação de recursos" (que ainda não existem e que não sabemos se existirão), já devidamente quantificados, para eles. Quanto à tal "nova universidade", ficamos na mesma, pois não sabemos o que é que o governo entende, se é que entende alguma coisa, sob esse rótulo. No final das contas, só sabemos que o prioritário, para o governo Sarney, é o Social", essa entidade metafísica personificada, com muitas ressonâncias demagógicas e absoluta falta de precisão conceitual.